



Meio Ambiente sob a perspectiva do conteúdo de um jornal sergipano¹

Cláudia Santos de OLIVEIRA²

Roseli Pereira NUNES³

Matheus Pereira Matos FELIZOLA⁴

Laura Jane GOMES⁵

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

RESUMO

A pesquisa aborda a preocupação em informar a população de uma determinada localidade sobre questões ambientais em sua totalidade, desmistificando assim a idéia de que meio ambiente é somente fauna e flora. Mais especificamente, analisar todo e qualquer conteúdo sobre o tema, que é divulgado em Sergipe, através da mídia impressa, neste caso o jornal aqui nomeado de A, que é semanal e de maior circulação no Estado. Para tanto foram realizadas visitas ao almoxarifado do jornal tendo como guia um roteiro de análise composto por 10 tópicos, que facilitaram o entendimento sobre as matérias divulgadas no período de janeiro a dezembro de 2008. A partir disto, resultados como: o tema preservação estar em evidência e ausência de falas contraditórias foram percebidos. Com isso pretende-se iniciar uma análise reflexiva e crítica sobre como é tratado o tema meio ambiente na mídia impressa sergipana.

PALAVRAS-CHAVE: meio ambiente; jornalismo impresso; comunicação.

Introdução

O meio ambiente para se tornar harmônico deve ser preservado, conservado e protegido. Entretanto é preciso manter o equilíbrio do ecossistema em questão, pois um simples desequilíbrio pode levar a perda de todo sistema ambiental. Segundo Branco (1997), todo impacto que o ambiente sofre não causa a destruição de apenas uma ou poucas espécies diretamente atingidas. Mas também o desaparecimento de algumas espécies ou

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo da UFS, email: claudinhaoliveira@hotmail.com

³ Recém Graduada no Curso de Radialismo da UFS, email: spinely_aju@hotmail.com

⁴ Co-orientador do trabalho. Professor do Curso de Publicidade e Propaganda da UFS - doutorado em Ciências Sociais na UFM, email: matheusfelizola@infonet.com.br

⁵ Orientadora do trabalho. Professora Doutora do Departamento de Ciências Florestais da UFS, email: laurabuturi@ufs.br



mesmo de uma única espécie pode provocar uma reação em cadeia que leva a desorganização e extinção de todo o sistema, que engloba a biodiversidade de um local.

Em Sergipe a degradação ambiental causada pela ação antrópica, que interfere no fluxo natural da natureza não é diferente de outras localidades. Como exemplo pode –se citar a relação das espécies ameaçadas de extinção em Sergipe, no ano de 2003, de acordo com a lista divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), o estado apresenta 19 espécies ameaçadas de extinção, dentre eles o macaco Guigó (*Callicebus barbarabrownae*); Gato-do-mato (*Leopardus tigrinus*); Suçuarana (*Puma concolor greeni*); Gaiivota-de-rabo-preto (*Larus atlanticus*); Beija-flor-das-costas-violeta (*Thalurania watertonii*); Preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*); Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*) e Tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*).

A partir da necessidade de avaliar e buscar uma noção reflexiva sobre a ação do homem sobre o meio ambiente foi iniciada a seguinte pesquisa que aborda a preocupação em informar a população de uma determinada localidade, através dos meios de comunicação, sobre questões ambientais em sua totalidade. A pesquisa objetiva também demonstrar a visão de um jornal local acerca do tema; a periodicidade das matérias que tangem o Meio Ambiente; quais são os assuntos de interesse a serem discutidos e informados; observar se há utilização corriqueira de opiniões de especialistas da área; analisar a imparcialidade dos jornalistas e dos veículos de comunicação; e identificar o espaço destinado ao tema e assuntos relacionados ao meio ambiente.

Crise Ambiental Contemporânea

A história ambiental poderia limitar-se a análise de diferentes fontes e modos de produção e formação social, que se apropriam, transformam e degradam os recursos de seu entorno. Entretanto, tal análise é expandida à problemática das relações entre ecologia e economia a partir do campo do poder e da cultura, além da relação sociedade-natureza, que o homem vem realizando desde sempre, intervindo e transformando a natureza.

Segundo Leff (2001, p.386), “a história ambiental vem sendo definida como um campo de estudo dos impactos de diferentes modos de produção e formações sociais sobre as transformações de sua base natural, incluindo a superexploração dos recursos naturais e



a degradação ambiental.”

O conceito Ambiente se torna possível a partir da teoria que abre o caminho para revisar percepções anteriores dos processos políticos, econômicos, tecnológicos e educativos para construir uma racionalidade social e produtiva alternativa. Ou seja, este caminho permite que histórias antigas e esquecidas venham à tona, a partir da memória popular e que podem ser revistas no que tange ao valor que foi agregado anteriormente a elas, seja na valoração dos danos ecológicos e como a situação pode ser revertida; seja em danos econômicos e mudanças nos discursos ambientais.

A racionalidade ambiental não é a expressão de uma lógica, mas o efeito de um conjunto de interesses e de práticas sociais que articulam ordens materiais diversas que dão sentido e organizam processos sociais através de certas regras, meios e fins socialmente construídos (LEFF, 2001, p.134).

A razão descrita está intimamente ligada ao saber, neste caso, o saber ambiental⁶, que ainda está sendo gerado para alcançar condições de legitimação ideológica, de concreção teórica e de objetivação prática. O saber ambiental consiste na transparência da linguagem e na consciência do sujeito com base na racionalidade científica oriunda da modernidade. Tal saber emerge da falta descontrolada de conhecimento que impulsiona-o para a busca de novos sentidos de civilização, novas compreensões teóricas e novas formas práticas de apropriação do mundo, para assim formar a consciência / racionalidade ambiental do sujeito.

Entretanto se estes conhecimentos forem colocados em prática de maneira desordenada pode acarretar em cadeias predatórias do meio ambiente e conseqüentemente agravar o bem estar e a qualidade de vida do homem com a degradação dos solos, água e ar, além da contribuição em poluição sonora e ineficiente sistema de coleta e fins de dejetos.

Segundo Diegues (1994), o saber moderno se arvora não só em juiz de todo o conhecimento, mas até da proteção de uma natureza “íntacta”, portadora de uma biodiversidade sobre a qual a ação humana teria efeitos devastadores. Não é para menos que em todas as áreas naturais protegidas, a pesquisa científica é permitida, mas não o etnoconhecimento, pois esse exige a presença das comunidades tradicionais, do saber,

⁶ Este saber emerge de um processo transdisciplinar de problematização e transformação dos paradigmas dominantes do conhecimento; transcende as teorias ecologistas, os enfoques energetistas e os métodos holísticos no estudo dos processos sociais (LEFF.2001.p.149).



de técnicas patrimoniais e, sobretudo, de uma relação simbiótica entre o homem e a natureza.

Vernier (1994) expõe algumas conseqüências da má utilização dos recursos naturais e da ação do homem sobre a natureza – solo (desflorestamento, desmatamento, ciclos hídricos e bacias hidrográficas afetados), água (poluição orgânica, tóxica, térmica e bacteriana, presença de materiais suspensos e nutritivos – nitratos e fosfatos) ar (efeito estufa e buraco na camada de ozônio), ruído (efeitos nocivos à audição, sistema cardiovascular, digestivo e psiquismo) e coleta de dejetos (ausência de: aterros sanitários adequados, reciclagem, coleta seletiva e aproveitamento de material orgânico para a agricultura e fonte de energia).

De acordo com Branco (1997), o grande problema da civilização moderna, industrial e tecnológica é talvez o de ela não ter percebido que ainda depende da natureza, ao menos termos globais; que sua liberação ainda não é total e que, provavelmente, nunca será; que não é possível produzir artificialmente todo o oxigênio necessário à manutenção da composição atual da atmosfera, nem toda a matéria orgânica necessária ao seu próprio consumo; que não é possível manter, sem a participação da massa vegetal constituída pelas florestas, savanas e outros sistemas, os ciclos naturais das águas de modo a garantir a estabilidade do clima, a constância e a distribuição normal das chuvas e a amenidade da temperatura.

A qualidade dos recursos naturais, assim como a qualidade de vida humana, exige que “tudo mude de fato”, sobretudo a noção de que uma emergência de uma sociedade democrática pode auxiliar na superação dos fatores de degradação socioambiental. A superação de abordagens unilaterais e unidimensionais evitará que a questão ecológica seja tratada sob o ângulo privilegiado da técnica, negando a complexidade das questões planetárias (FERREIRA, 2003, p.99).

Os problemas ambientais, a pobreza e a degradação da saúde provem da racionalidade do crescimento econômico que antepõe a maximização do lucro comercial à saúde do ser humano, e não do simples crescimento demográfico.

Desenvolvimento Sustentável

A partir do século XX a questão ambiental emergiu, promovendo importantes mudanças na visão do mundo. Com a chamada ‘revolução ambiental’ a humanidade percebeu que



os recursos naturais são finitos e que seu uso incorreto pode representar o fim da sua própria existência. Alguns acontecimentos marcantes neste período auxiliaram numa tomada de consciência sobre os riscos da industrialização e do uso indiscriminado da tecnologia.

Jacques Vernier (1994) defende, em quatro motivos, que o respeito pela biodiversidade é uma questão de sobrevivência: 1) uma “cadeia de vidas” – a interdependência dos seres vivos para a sobrevivência. 2) um tesouro medicinal – milhares de plantas são usadas pelas medicinas tradicionais. 3) um vasto celeiro – 75% da alimentação humana provem de sete espécies (trigo, arroz, milho, batata, cevada, batata-doce e mandioca). 4) uma mina para a indústria – amidos (de trigo ou milho), látex, óleos vegetais, etc.

De acordo com Ferreira (2003), o posicionamento do Brasil a respeito das questões ambientais pode ser tomado como ponto de partida a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente – Estocolmo (1972) – que ofereceu um quadro das opiniões brasileiras a esse respeito.

Ainda segundo a autora, durante a Conferência a posição do Brasil foi bem clara. Os delegados brasileiros defenderam que o crescimento econômico não deveria ser sacrificado em nome de um ambiente mais puro; se opuseram fortemente a medida de controle populacional; e a opinião que causou mais controvérsia: a soberania nacional não poderia ser sujeitada em nome de ‘interesses ambientais mal-definidos’. Porém ainda segundo a autora, eles reconheceram a crescente ameaça da poluição ambiental, mas sugeriram que os países desenvolvidos deveriam pagar pelos esforços dessa purificação.

Um dos meios para proteger a natureza foi encontrado por meio das unidades de conservação, assim as espécies e seus habitats são conservados. Quando uma espécie está à beira da extinção, é possível tentar uma última operação de salvamento transferindo-a para fora do seu habitat, para um conservatório botânico ou zoológico. A proteção da natureza pode se dar pelas proteções regulamentares das espécies; pelas proteções regulamentares dos sítios, espaços, reservas, etc; e pela compra de terreno.

Segundo Diegues (1994), o movimento de conservação dos recursos foi criado pelo engenheiro florestal treinado na Alemanha, Gifford Pinchot, que tinha a concepção de



que a natureza é freqüentemente lenta e os processos de manejo podem torná-la eficiente. O engenheiro ainda afirma que a conservação deveria se basear em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos cidadãos.

Bair Callicot (1991) criticou o conceito de *wilderness*⁷, na medida em que marca uma separação entre a humanidade e a natureza, o avalia como etnocêntrico e, algumas vezes racista, pois não leva em consideração o manejo tradicional das áreas naturais do Novo Mundo, e ignora a dimensão do tempo ao sugerir que a situação ecológica deveria ser congelada (apud Diegues, 1994, p. 29).

As reservas extrativistas são, de acordo com o que dispõe o Decreto 98.897, espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, por populações extrativistas. (CUNHA, GUERRA. 2008. p. 71).

As ONGs também são um instrumento de preservação do ambiente. O nascimento delas é um fator marcante desde o fim dos anos 60. Trata-se de uma organização social muito atrelado ao surgimento do movimento ambientalista e das idéias de autogestão. Atualmente as ONGs estão ligadas a expressão de políticas públicas e na própria sociedade, alterando comportamento e visões do mundo. Não existe, portanto, um padrão de ONG, mas não se pode negar a influência deste movimento no mundo de hoje.

A partir da força dos movimentos ecológicos, a expressão desenvolvimento sustentável ganhou voz nos discursos políticos do mundo atual e interpretações variadas. Para alguns significa uma racionalização da sociedade com a implantação de um desenvolvimento mais limpo. Para outros pode representar uma utopia romântica.

Veiga (2006) diz que em 1987, Gro Harlem Brundtland, a presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, caracterizou o desenvolvimento sustentável como um ‘conceito político’ e um ‘conceito amplo para o progresso econômico social’. Já Sanchs (2002, p.56), em sua obra, classifica o livro de Kuttner como sendo valioso, pois acredita que o autor define as perspectivas corretas para o

⁷ O conceito de ‘*wilderness*’ (mundo natural/selvagem) como terra intocada ou domesticada é, fundamentalmente, uma percepção urbana, uma visão de pessoas que vivem longe do ambiente natural de que dependem como fonte de matéria-prima.



redimensionamento das economias mistas, e ao mesmo tempo, para a reabilitação do planejamento, uma ferramenta indispensável para projetar e promover estratégias de desenvolvimento sustentável.

Mídia e Meio Ambiente no Brasil

A imprensa brasileira em diferentes mídias dificilmente não trata dos problemas ambientais com profundidade e atenção, sequer muitas vezes chega a ser pauta nas discussões públicas. As raras exceções são resultados de esforços pessoais e isolados dos repórteres, por vezes, denominados de repórteres eco.

O repórter também tem que oferecer boas manchetes para disputar espaço nas redações além de se diferenciar com um trabalho de qualidade e inovador, porém é necessário ser ético e tomar cuidados com questões jurídicas em alguns momentos e para determinados assuntos. Por exemplo, se ele fizer alguma denúncia, deve ter provas suficientes para enfrentar a reação dos poluidores, a pressão dos editores e sempre dar voz aos dois lados da história, com direito de respostas para ambas as partes.

Trigueiro (2003) afirma que na Era da Informação, onde os profissionais da comunicação pertencem ao que se convencionou chamar de Quarto Poder, meio ambiente ainda é uma questão periférica, porque não alcançou esse sentido mais amplo, que extrapola a fauna e a flora.

Ainda de acordo com Trigueiro (2003), o fato de reduzir o meio ambiente à fauna e flora, é definitivamente, um erro de grandes proporções e um ponto fundamental na área de comunicação, que obriga os profissionais de mídia a perceberem a realidade com um novo olhar, a partir das diferentes áreas de conhecimento, que por estarem fragmentados muitas vezes não se comunicam. A discussão ambiental vem trazer esta nova visão através de um sentido holístico com caráter multidisciplinar que permeia todas as áreas do conhecimento e nos induz a uma leitura da realidade onde tudo está conectado, interligado e relacionado.

Segundo Fernandes (2001), se pode inferir que a influência dos meios leva a humanidade a tomar conhecimento dos problemas ambientais e a procurar rediscutir os seus modelos de desenvolvimentos e de atuação no meio ambiente. Contudo é por meio dos jornais e da televisão que as questões ambientais têm chegado ao conhecimento,



pela primeira vez, de segmentos da sociedade que nunca tinham tido acesso ao tema.

A notícia antes de chegar ao receptor é ‘julgada’ e ‘valorada’ para ter a confirmação se irá ser divulgada ou não. Isso acontece porque a maior parte do noticiário veiculado na grande mídia traz informações que envelhecem rápido, que são relevantes apenas para o dia de hoje. Este senso de urgência torna a matéria prima do jornalismo, a notícia, uma substância volátil como o éter, que se dilui rapidamente no ar. “O timing do noticiário, portanto, é acelerado, e com a evolução das tecnologias na área da comunicação tende a ser cada vez mais instantâneo e interativo.” (TRIGUEIRO. 2003. p. 79).

Durante a realização do Rio-92 os veículos de comunicação do Brasil responderam rápido à demanda por notícias desse novo e intrigante tema: meio ambiente. Novos cadernos e suplementos foram criados, numa saudável competição para ver quem conseguia explicar melhor a complexa pauta do encontro. Na falta de jornalistas especializados para preencher todas as vagas abertas (nove mil) recorreu-se ao auxílio luxuoso de técnicos de diversas áreas alçados à condição de colunistas e articulistas.

Entretanto após anos a realização da Rio-92, muitos editoriais foram paulatinamente retirando a temática meio ambiente de suas pautas. Porém os que insistem em manter a divulgação da informação e a discussão ambiental enfrentam barreiras que envolvem política, status, imparcialidade, etc.

Com o advento das novas tecnologias, a sociedade moderna habituou-se a adquirir informações e conhecimentos por meio da televisão, do rádio, dos jornais e da Internet. A interpretação de vários gêneros de matérias jornalísticas veiculadas pela mídia impressa e eletrônica proporciona ao público conhecer a qualidade de vida do cidadão na sociedade. Observa-se que a mídia vem dando importância aos programas sobre o meio ambiente, especialmente, àqueles que se voltam para a Educação Ambiental.

Uma das premissas do jornalismo ambiental é perceber a realidade que nos cerca de um ângulo mais abrangente, privilegiando a qualidade de vida no planeta e do planeta. Esse foi um dos legados da Conferência Mundial da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, uma cúpula sem precedentes na História, seja pelos assuntos discutidos, seja pelo gigantismo do encontro. (TRIGUEIRO. 2003. p. 81).

Este pensamento faz com que os leitores e aqueles que assistem às notícias pela



televisão possam além de interpretar, incorporar valores no seu cotidiano ou mesmo subsidiá-los com suas próprias decisões. Verifica-se atualmente que no âmbito das políticas públicas e adicionais existe a preocupação quanto aos aspectos da conscientização da população no que se refere à preservação e conservação do meio ambiente.

Metodologia

O estudo foi caracterizado pela análise do conteúdo de um jornal local, que é impresso e semanal. Tal análise objetiva demonstrar a importância dada a assuntos ligados ao meio ambiente, principalmente em assuntos locais, além de revelar a abordagem do tema, as falas científicas para dar mais embasamento e espaço de discussão no meio de comunicação.

A pesquisa classifica-se segundo o pensamento de Gonçalves (2003), em exploratória e descritiva, pois se preocupa em proporcionar maiores informações sobre o assunto e registra, classifica, analisa e interpreta os fatos observados. Já considerando os procedimentos de objeto de estudo, a pesquisa é bibliográfica, pois realizou-se um levantamento impresso de obras sobre o tema.

O estudo do jornal aqui denominado A foi realizado a partir de visitas ao almoxarifado do meio de comunicação em questão, seguindo um roteiro de análise (tabela 1) para capturar matérias que continham informações ambientais em seu exemplar semanal durante o período de janeiro a dezembro de 2008, a fim de facilitar o entendimento da abordagem do veículo de comunicação sobre o assunto, totalizando a análise de conteúdo em 53 exemplares.

Qual o assunto ambiental principal abordado na matéria?
A matéria trata de dados locais (Sergipe / Brasil), globais (não foca um país específico), ambos, ou internacional (especificamente outro país que não o Brasil)?
Utiliza fala de especialistas em meio ambiente (ainda que especificamente do aspecto ressaltado na matéria)?
Só expõe fatos, mostra a importância de se ter atitudes em prol da preservação ambiental ou ensina maneiras de preservar o meio ambiente?
Traz opiniões únicas em relação ao assunto ou expõe opiniões contrárias?

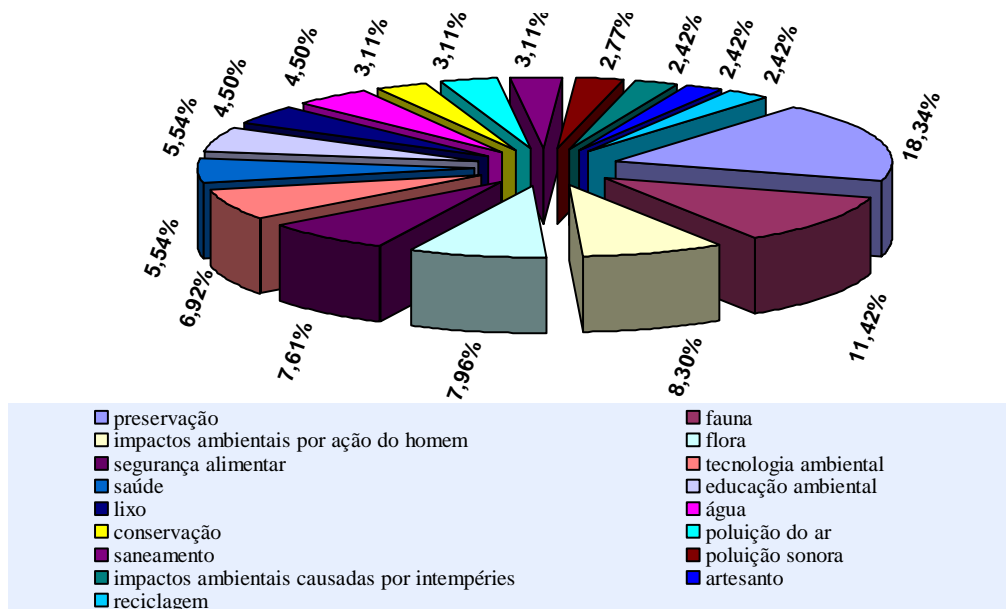
Seu contexto de um modo geral ao fim da matéria deixa uma sensação de: Medo, preocupação, orgulho, culpa, responsabilidade, esperança, impotência ou algum outro?
O meio ambiente é o tema central da matéria ou um “gancho”?
A matéria trata do assunto de maneira superficial ou aprofundada?
Qual o espaço destinado no veículo para a divulgação do tema? É variável ou invariável?
Quantas matérias sobre meio ambiente direta ou indiretamente houve em cada trimestre do período analisado no seu respectivo ano?

Tabela 1: Roteiro utilizado para análise de conteúdo do jornal A durante o período de janeiro a dezembro de 2008.

Resultados e discussão

O primeiro tópico do roteiro tratou do principal assunto ambiental abordado na matéria (gráfico 1). Nota-se que o assunto preservação, com 18,34%, é o mais citado nas matérias do jornal A, entretanto o cunho jornalístico é mais informativo do que de conscientização da população. Vale destacar que tal assunto é quase sempre voltado para a localidade sergipana e trabalhado em coluna fixa do jornal, que é produzida pelo curso de medicina veterinária de uma faculdade do Estado. A exemplo desta prática temos a matéria publicada na edição 1296, nº 563, período: 11 a 17 de fevereiro de 2008 com título Fonte da Bica: santuário ecológico dentro do município de Areia Branca.

gráfico 1:



A abordagem geográfica das matérias são bastante equiparadas quanto ao espaço Brasil – Sergipe (gráfico 2), porém ao que se diz de textos relatando fatos internacionais o jornal A se mostra nulo. Sendo assim, temos 42,56% para matérias que revelam Sergipe e 57,44% para o Brasil.

A falta de falas de especialistas em meio ambiente ou ainda de pessoas que tenham embasamento crítico sobre o assunto tratado é gritante (gráfico 3). Ressalta-se que quando há falas nem sempre são de estudiosos em meio ambiente, mas sim de autoridades na área que desempenham atividades em prol do meio ambiente.

gráfico 2:

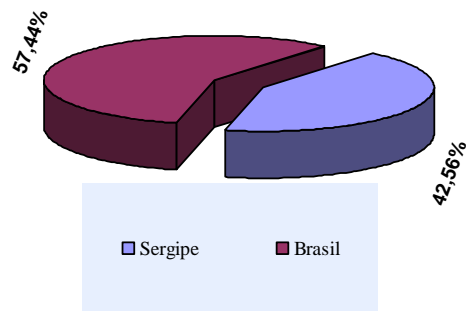
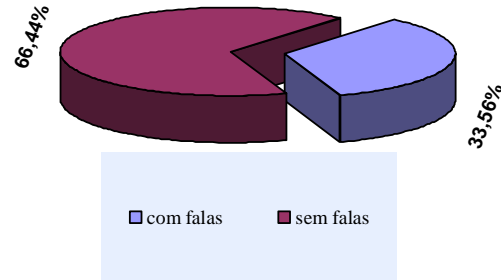


gráfico 3:



Quando analisado o objetivo das matérias do jornal (gráfico 4), percebeu-se que existe uma mescla de intenções do jornalista ao escrever em um mesmo texto fatos acerca do tema estudado, seja essa intenção apenas para informar com fatos o leitor, seja para demonstrar a importância de atitudes em benefício ao meio ambiente, ou seja, ainda em demonstrar práticas sustentáveis.

O jornal possui falhas de contrapontos no que tange as discussões sobre os assuntos publicados, seja em opiniões de especialistas ou em fatos ocorridos ou que possam acontecer. Por isso, talvez, a porcentagem aqui demonstrada seja tão díspare: 72,32% opiniões únicas e 27,68% opiniões contrárias (gráfico 5).

gráfico 4:

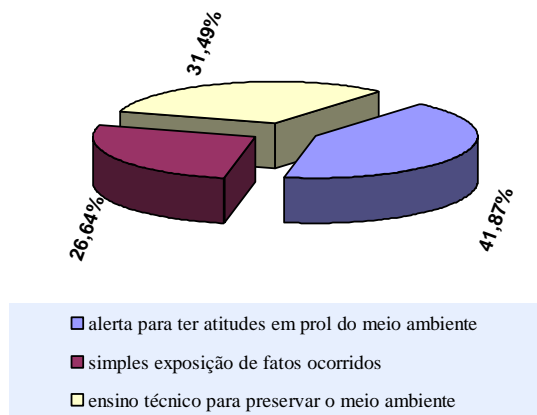
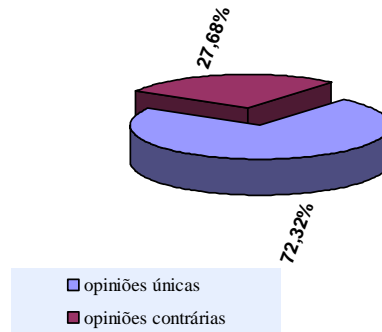


gráfico 5:



A preocupação com 30,10% é sensação destaque passada ao leitor com as matérias publicadas no jornal A (gráfico 6). A problemática do ambientalismo é destaque nas matérias estudadas e é tratada como tema central percebida com 70,24%, contudo o tema também é tratado, esporadicamente, em colunas que não são destinadas ao meio ambiente mais especificamente, assim torna-se um gancho para o assunto que de fato a coluna sempre expõe. O que revela a porcentagem de 29,76% (gráfico 7). Para melhor exemplificar o gancho utilizado no jornal temos as colunas que tratam de veículos e imóveis e são as que mais utilizam este recurso.

gráfico 6:

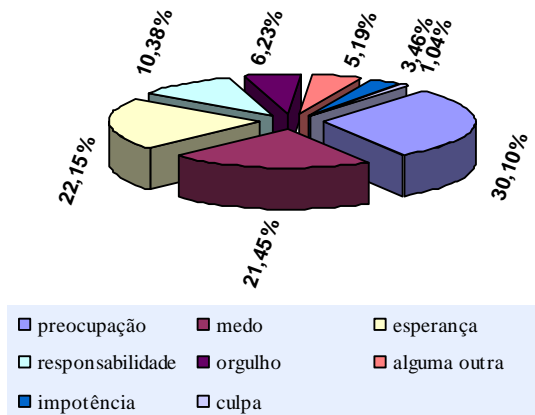
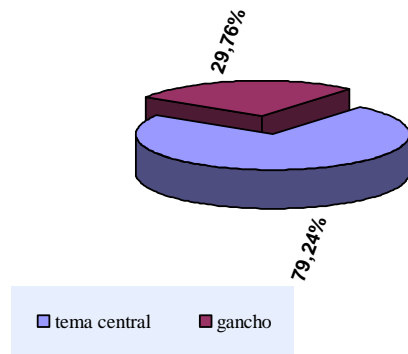


gráfico 7:



Apesar do jornal manter uma coluna fixa que trata do assunto meio ambiente, que possui problemas já citados acima, as matérias não tratam o conteúdo de forma

aprofundada e sim mais superficialmente (gráfico 8). Esta concepção contraditória deve-se, talvez, ao fato do jornal não possuir uma prática de opiniões contrárias e corriqueiras falas de especialistas, pois o espaço destinado para tratar o tema é consideravelmente generoso como se pode ver no gráfico 9.

gráfico 8:

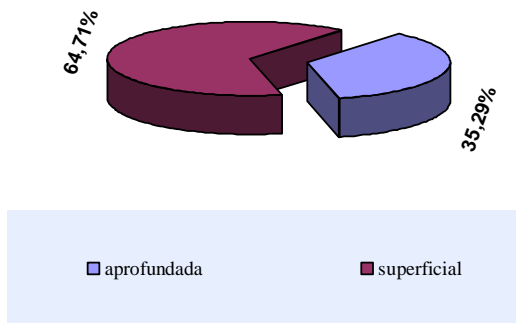
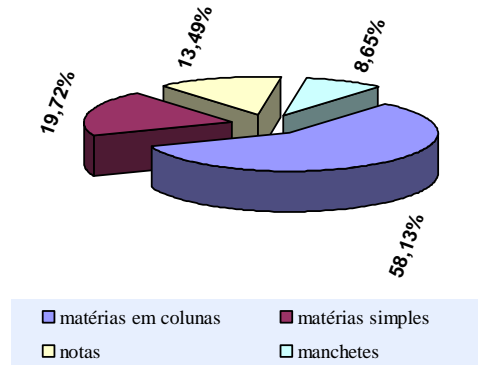
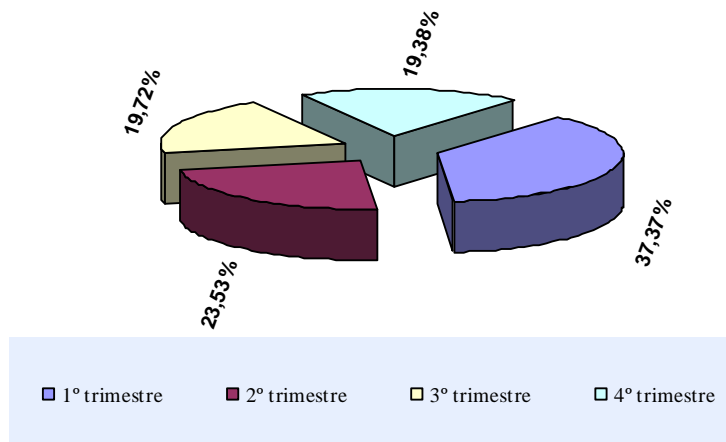


gráfico 9:



O resultado quantitativo de matérias publicadas no jornal A em cada trimestre é o exposto no gráfico 10. Com este resultado podemos ver que no primeiro semestre os assuntos acerca do meio ambiente foram mais freqüentes do que no segundo semestre. Isso se dá pelo destaque no veículo de comunicação à exaustiva argumentação da crise econômica, que afetou e afeta o mundo na atualidade. A queda no número de matérias também pode ser vinculada às festas de fim de ano que começam a ser destaques em todos os setores a partir de outubro em todos os anos.

gráfico 10:





Considerações Finais

A partir da pesquisa nota-se que as matérias evitam debater temas brasileiros e sergipanos, que envolvam a política local, assim o cidadão não tem como confrontar as informações, principalmente se o repórter não apurar fatos importantes e relevantes ao meio ambiente. Por isso, os repórteres têm que ouvir o que os pesquisadores, especialistas e ambientalistas antes de confeccionar uma matéria. Por outro lado, o profissional de comunicação não pode se transformar em advogados ecológicos ou militantes que defendem e abraçam uma causa. O repórter deve ser imparcial e agir com frieza para não transparecer ou tender o que escrever para a sua opinião sobre o fato.

Entretanto o jornal A possui um caderno destinado aos acontecimentos locais, que trás semanalmente matérias acerca do tema Meio Ambiente, inclusive consta nele uma coluna fixa que trata dos principais malefícios causados pelo homem à natureza. Entretanto nesta coluna a fala de especialistas não é prática corriqueira e o seu texto é mais factual/narrativo do que informativo/crítico.

Outro aspecto observado no jornal analisado é que na quase totalidade das matérias veiculadas percebe-se que os principais focos são os desastres ecológicos e a agricultura, seja de subsistência ou comercial. Daí retorna ao pensamento de que meio ambiente se registre a fauna, flora e desastres ambientais.

É preciso um equilíbrio e bom senso de bons profissionais sergipanos no momento da confecção da informação ambiental, além de ser necessária uma amplitude na escolha e veiculação de matérias acerca do meio ambiente. Talvez assim a informação chegue mais clara e cause uma conscientização e pensamento crítico por parte dos leitores de todo o Estado.

Referências bibliográficas

BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna, 1997.

CUNHA, Sandra Baptista da & GUERRA, Antonio José Teixeira (org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB - Universidade de São Paulo, 1994.



FERNANDES, Francisco A. Martins. **O papel da mídia na defesa do meio ambiente.** Universidade de Taubaté, 2001.

FERREIRA, Leila da Costa. **A questão Ambiental** – sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de projetos de pesquisa científica.** São Paulo: Avercamp, 2003.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE-MMA. **Biodiversidade brasileira:** avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade Brasileira. Brasília: MMA/SBF, 2002.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Jôse. **Impactos de visitação no Parque Nacional Serra de Itabaiana-Se.** São Cristóvão, 2008.

TRIGUEIRO, André. **Meio Ambiente na idade média.** *In:* Meio Ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VERNIER, Jacques. **O meio ambiente.** Campinas: Papyrus, 1994.